

## Combatendo a corrupção

Antonio Carlos  
Mendes Thame



É professor (licenciado) do Departamento de Economia da Esalq/USP e deputado federal (PSDB/SP)

O Brasil caiu sete posições no ranking internacional de corrupção da ONG Transparência Internacional, divulgado no final de janeiro, e ocupa o 76º lugar em uma lista de 168 países. Vale destacar que na escala que vai de 0 (menos corrupto) a 100 (mais corrupto), o Brasil aparece com 38 pontos.

De acordo com comunicado da Transparência Internacional, o escândalo da Petrobras foi determinante para a queda brasileira. O 'esquema' na estatal se tornou o segundo mais lembrado do mundo em uma votação popular. Aparece ao lado de escândalos como o da Fifa. Com 11.900 votos, a Petrobras só fica atrás do ex-presidente ucraniano Viktor Yanukovich, que recebeu 13.210 votos pelo suposto desvio milionário de recursos para sua conta privada.

Os prejuízos por conta dos desvios na Petrobras já somam cerca de R\$ 14,5 bilhões. Prestes a completar dois anos, a Operação Lava Jato conta com 500 pessoas envolvidas. São nú-

meros nunca vistos na história do Brasil.

Esta é uma posição no mínimo vergonhosa e compromete a retomada econômica e a possibilidade de desenvolvimento do nosso país, além de afetar diretamente toda a população. Os mais pobres são sempre os mais prejudicados. Quando há desvio de recursos, serviços básicos como saúde, educação, saneamento e segurança são relegados a segundo plano.

A corrupção é a base da desigualdade social no Brasil e para mudar a situação é preciso promover reformas sistêmicas, além de uma severa mudança cultural.

Uma boa notícia é que o Ministério Público Federal (MPF) conseguiu superar a meta de 1,5 milhão de assinaturas favoráveis ao seu pacote de dez medidas contra a corrupção. O material será encaminhado ao Congresso Nacional como 'projeto de lei de iniciativa popular', seguindo o mesmo caminho da Lei da Ficha Limpa, sancionada em maio de 2010.

As medidas propostas pelo Ministério Público Federal apresentam aspectos positivos que podem melhorar muito a nossa legislação. A lista inclui prevenção à corrupção, transparência

e proteção à fonte de informação; criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; aumento das penas e enquadramento como crime hediondo dos casos de corrupção de altos valores; aumento da eficiência e da Justiça dos recursos no processo penal; celeridade nas ações de improbidade administrativa; reforma no sistema de prescrição penal; ajustes nas nulidades penais; responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2; prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado; recuperação do lucro derivado do crime.

Por isso, como presidente da Frente Parlamentar Mista e presidente do Capítulo Brasil da Gopac (Organização Global de Parlamentares no Combate à Corrupção), vamos dar todo apoio ao projeto de iniciativa popular proposto pelo Ministério Público Federal.

Este é apenas um passo. Nunca é demais dizer que a luta contra a corrupção deve ser feita simultaneamente em outras três frentes, além de aprimorar a legislação atual: tornar mais ágil o Judiciário; fortalecer os órgãos que fazem a fiscalização (como Tribunal de Contas, CGU, Ministério Público, Polícia Federal) e aumentar a consciência popular de que a corrupção é um obstáculo ao desenvolvimento do país. E neste ponto, os brasileiros começaram a acordar.

